



COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA EM 13.03.2025
ATA Nº 457

Aos treze dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco, reuniu-se, ordinariamente, às 09:00 horas, por videoconferência, o Conselho Fiscal da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – SGB/CPRM, com a participação da Presidente do Conselho, Ana Paula Lima Vieira Bittencourt, e da Conselheira Titular Flávia Filippi Giannetti. Registra-se a excepcionalidade da data reunião, considerando a dispensa de expediente pela empresa no dia 28 de fevereiro de 2025, devido ao Carnaval, o que resultou no adiamento da reunião originalmente agendada naquela data para o dia 13 de março de 2025. Registra-se também que o Sr. Carlos Eduardo de Carvalho Pachá não participou da reunião, em face de sua renúncia ao cargo de membro do Conselho Fiscal, a partir de 7 de março de 2025, tendo ele ocupado uma posição na Embaixada brasileira na Austrália. Por questões burocráticas relativas à ocupação de seu novo cargo no exterior, a renúncia somente foi formalizada no dia 19 de março de 2025, conforme ofício nº 2/2025/CF, motivo pelo qual o Conselheiro Suplente Luis Guilherme Parga Cintra não foi convocado para participar da reunião. Atuou como Secretária Izabela Duarte Giffoni, chefe da Secretaria Geral (SEGER). Também participaram da reunião: os analistas em geociências da SEGER Dauro Ferreira e João Batista de Vasconcelos Dias Júnior; a Assistente do Gabinete da Presidência Mariana Gualberto da Silveira; o chefe da Divisão de Contabilidade Geral (DICOGE/DECOF), Flávio Augusto de Souza Pinheiro; o Coordenador Executivo do DECOF, Marcelo Lobo Aguiar; o chefe da Governança Corporativa, Juliano de Souza Oliveira; a chefe da Divisão de Contratos (DICONTE/DEAMP), Vanessa Soares Francisco; o chefe do Departamento de Recursos Humanos (DERHU), Elisson Bryan Santos de Alarcão; e o chefe da Superintendência de Planejamento Estratégico (SUPLAN), Carlos Eduardo de Oliveira Dantas. A Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu início à reunião, onde foram tratados os seguintes assuntos: **i. Assuntos da Contabilidade.** O chefe da DICOGE, Flávio Pinheiro, iniciou sua apresentação falando sobre os pontos relevantes que impactaram o resultado apurado no exercício de 2024, tendo sido apurado um prejuízo de R\$ 16,6 milhões. Dentre os fatores que contribuíram para o resultado negativo, destacou as informações da Divisão de Contencioso (DICOTE/COJUR) sobre processos trabalhistas, em especial os de insalubridade, classificados com risco de pagamento "possível" que passaram a ser classificados como "provável", resultando no registro de uma provisão de R\$ 2,6 milhões no quarto trimestre de 2024, conforme estabeleça as normas contábeis. Dessa forma, o resultado foi impactado principalmente pelo decasamento entre receitas e despesas, devido a restos a pagar de dezembro de 2024 cujos recursos serão recebidos ao longo de 2025, pela provisão para contingências trabalhistas e pelos registros de depreciação e amortização de bens móveis e imóveis. Flávio Pinheiro também discorreu a Desvinculação de Receitas da União - DRU, informando que foi feita a retenção de 30% sobre recursos que entraram na CPRM, na ordem de R\$ 765 mil, oriundos de leilões de direitos minerários, conforme a nova norma vigente. Em seguida, o chefe da DICOGE apresentou o Balanço do exercício de 2024, destacando a minuta do parecer da Auditoria Independente que, após a aprovação pela Diretoria Executiva (DE) e assinatura da Carta de Responsabilidade, emitirá a versão definitiva do parecer, permitindo a continuidade das etapas para submissão das contas da administração à Assembleia Geral Ordinária (AGO), agendada para 30 de abril de 2025. A Conselheira Flávia Giannetti elogiou a clareza do novo formato das Demonstrações de Resultados do Exercício (DRE), destacando que a organização dos dados facilita discussões estratégicas sobre a saúde financeira da empresa. Após a análise da DRE, ressaltou a alta dependência da empresa dos recursos do Tesouro Nacional e destacou que 79% das despesas são relacionadas a pessoal, sugerindo a necessidade de uma gestão mais eficiente dos custos, especialmente considerando o cenário de contingenciamento previsto para 2025 e 2026. Flávia Giannetti enfatizou a importância de se olhar não apenas para alternativas visando o aumento de receitas, mas também para a contenção de despesas e reestruturação dos processos internos para maior eficiência. Ela citou o exemplo de outras Estatais que conseguiram reduzir sua dependência do Tesouro através da inovação e desenvolvimento de novos produtos e serviços, garantindo maior autonomia financeira no longo prazo. A conselheira Flávia Giannetti também destacou a importância de revisar as recomendações feitas no ano anterior, visando verificar eventuais pendências de implementação e pontos de atenção que precisem ser abordados no Balanço atual, como o indébito referente ao Imposto de Renda (IRPJ) e imunidade tributária, a adequação das demonstrações financeiras ao CPC 26 e o reconhecimento de receitas oriundas de convênios apontados pela Auditoria Independente. Flávio Pinheiro informou que, em relação ao indébito do IRPJ, a CPRM possui uma liminar suspendendo o recolhimento desse imposto, calculado trimestralmente sobre o Lucro Fiscal. A Consultoria Jurídica (COJUR) avaliou o risco de pagamento ou reversão da liminar como "remoto". No entanto, até o trânsito em julgado, os valores continuam sendo registrados no Balanço, incluindo sua atualização monetária, em conformidade com o princípio contábil da prudência. Além disso, há outros pleitos em andamento relacionados à imunidade recíproca para o IPVA, IPTU e ISS. Flávia Pinheiro informou, ainda, que as Demonstrações Contábeis estão totalmente alinhadas ao CPC 26, bem como as adequações necessárias para o reconhecimento das receitas de convênios. Informou também que os assuntos referentes a partes relacionadas estão sendo divulgados em notas explicativas, com alinhamento junto ao DERHU para que, no próximo exercício, essa divulgação seja ampliada com informes complementares. Flávio Pinheiro registrou a aquisição recente de um novo *software* contábil, o qual encontra-se em fase de implantação, com expectativa de que esteja operacional a partir de abril de 2025. O novo *software* proporcionará um melhor controle e gestão das informações, operando com uma base histórica contábil de cinco anos. O chefe da DICOGE ressaltou que o sistema também trará mais transparência e permitirá a emissão de relatórios financeiros de forma mais ágil e precisa. Sobre o controle patrimonial e o inventário, comentou sobre a contratação de uma empresa para realização do "teste de *impairment*" para os bens móveis e imóveis do SGB/CPRM em 2025, e que, em paralelo, será elaborado um normativo interno sobre o tema. Por fim, Flávia Pinheiro informou que as certidões negativas de débitos das unidades da CPRM estão dentro do prazo de validade. Esclareceu que a certidão federal vence em junho e, para evitar problemas na formalização de contratos e convênios, seu monitoramento é contínuo, garantindo que a renovação seja solicitada com antecedência. **ii. Execução Orçamentária.** O Coordenador Executivo do DECOF, Marcelo Lobo Aguiar, iniciou a sua apresentação informando que a execução de 2025 está sendo feita com base em duodécimos, visto que a Lei Orçamentária Anual (LOA) ainda não foi aprovada no Congresso. Esclareceu, ainda, que apenas os Coordenadores de Ação que realmente precisaram, solicitaram recursos adicionais, seguindo a orientação do Ministério de Minas e Energia (MME). Marcelo Lobo ressaltou que a execução orçamentária até o momento segue dentro dos limites estabelecidos pelo MME e que não há dificuldades significativas dentro deste contexto. Sobre os Restos a Pagar, informou que há um total de R\$ 29 milhões em restos a pagar não processados, dos quais 27% já foram pagos. Destacou que a limitação na execução se deve especialmente à ausência da aprovação da LOA. **iii. Demonstrativo de Contratos e Convênios.** O Conselho Fiscal tomou conhecimento dos demonstrativos de Contratos e de Termos de Execução Descentralizada - TEDs e Convênios. No caso dos TEDs e Convênios foi destacada a importância do acompanhamento dos prazos para as prestações de contas. A Presidente do Conselho, Ana Paula Bittencourt, questionou as razões para a contratação direta emergencial do serviço de vigilância armada da CERTA SEGURANÇA LTDA (Contrato nº 00025/2025) para o Depósito/Litoteca de Mossoró (DERO-RN). A chefe da DICONTE, Vanessa Francisco, explicou que a contratação emergencial ocorreu devido a problemas com a empresa anterior, cujo contrato precisou ser interrompido. Portanto, a nova contratação foi realizada para evitar riscos à segurança da unidade. Destacou, ainda, problemas recorrentes com empresas de terceirização, especialmente após a pandemia, informando que algumas empresas quebraram poucos meses após assinarem contratos, o que tem exigido medidas emergenciais. A Presidente Ana Paula destacou que, embora a dispensa de licitação seja sempre um ponto de atenção, neste caso específico a justificativa era válida. A Conselheira Flávia Giannetti alertou sobre a importância de justificativas bem fundamentadas nesses processos, e reforçou a necessidade de garantir que as contratações sejam feitas com a devida diligência. O Conselho Fiscal solicitou, então, à Auditoria Interna (AUDITE) uma análise sobre o processo de contratação emergencial da CERTA SEGURANÇA LTDA (Contrato nº 00025/2025, SEI 48086.000834/2025-13), a fim de verificar a adequação da justificativa e do procedimento adotado. **iv. Dívidas de Cliente.** O Conselho Fiscal tomou conhecimento do Relatório de Dívidas de Cliente, verificando a permanência da pendência referente à Assembleia Legislativa do Amapá. **v. Assuntos da Governança Corporativa.** O Chefe da Governança Corporativa, Juliano Oliveira, iniciou a apresentação do Relatório de Atividades de Governança do 4º trimestre 2024 informando que o documento mantém o formato dos trimestres anteriores, mas que a partir de 2025 terá uma estrutura mais direta, focando diretamente nas atividades realizadas. Foi destacando os pontos relacionados a gestão de riscos corporativos, integridade

e área de controles internos. Por fim, informou a finalização do Relatório de Administração na forma de Relato Integrado 2025, consolidado em conjunto com diversas áreas da empresa, encontrando-se em fase final de edição. Flávia Giannetti indagou sobre a adesão dos empregados aos treinamentos, tendo Juliano Oliveira explicado haverem treinamentos obrigatórios para administradores, gerentes e empregados, especialmente sobre ética, integridade e conduta, com participação monitorada por relatórios. Os demais cursos são voluntários, e a empresa avalia suas ações pelo número de capacitações realizadas. Destacou ainda a obrigatoriedade da assinatura do termo de ciência do Código de Conduta na admissão e o acompanhamento das horas de treinamento, com metas de participação para chefes e empregados. **vi. Assuntos da Superintendência de Planejamento Estratégico - SUPLAN.** O Chefe da SUPLAN, Carlos Eduardo Dantas, iniciou sua apresentação relativa à Gratificação por Desempenho de Atividades Geocientíficas (GDAG) explicando que ela faz parte do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) da CPRM. Inicialmente, o processo de definição e apuração das metas era conduzido pelo Departamento de Recursos Humanos (DERHU). No entanto, com a reformulação da SUPLAN em 2018, essa responsabilidade passou para a esta Superintendência, que agora supervisiona o processo e consolida os resultados em relatórios periódicos. Carlos Dantas explicou que as metas são propostas anualmente pelas Diretorias, consolidadas pela SUPLAN e aprovadas pelo colegiado da Diretoria Executiva. A SUPLAN monitora os resultados, elabora relatórios periódicos e busca alinhar as metas ao Plano Estratégico e ao Plano Plurianual (PPA). A gratificação é paga em duas etapas, no meio e ao final do ano, conforme o atingimento dos objetivos. **vii. Assuntos do Departamento de Recursos Humanos – DERHU.** O Chefe do DERHU, Elisson Alarcão, complementou a apresentação anterior discorrendo sobre os fundamentos e critérios do pagamento da GDAG. Destacou que o pagamento segue as normas do PCCS e é acompanhado pela Diretoria Executiva, sendo condicionado ao cumprimento de metas. Registrou, ainda, que apenas empregados efetivos em atividade são elegíveis ao recebimento, enquanto aqueles em cargos comissionados não recebem mais a gratificação. Elisson Alarcão também abordou a questão da insalubridade, um problema antigo na CPRM, devido à exposição dos funcionários a eventuais riscos no trabalho de campo. Entre 2020 e 2023, houve um aumento significativo nas ações trabalhistas, gerando impactos financeiros relevantes para a empresa. Em 2020 um Grupo de Trabalho foi criado para analisar o tema, mas enfrentou dificuldades na obtenção de laudos técnicos, especialmente no que tange aos circuitos de visita às 3.500 estações hidrometeorológicas, relacionadas às atividades da Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial (DHT). Para mitigar o problema, a Diretoria Executiva, deliberou por adotar o pagamento integral do adicional de insalubridade, com base em decisões judiciais, e autorizou tratativas para ajustes nos passivos trabalhistas. A medida foi discutida na Mesa de Negociação Permanente e formalizada em dezembro de 2024. A CPRM está trabalhando para a contratação de laudos técnicos, bem como buscando soluções financeiras para sua regularização. A Conselheira Flávia Giannetti questionou o impacto financeiro da decisão, e o chefe do DERHU estimou um custo anual entre R\$ 3 milhões e R\$ 5 milhões. A Conselheira Ana Paula destacou que a única forma de reduzir os custos com insalubridade é por meio da conclusão dos laudos técnicos. **viii. Atas do Conselho de Administração - CA e Diretoria Executiva - DE.** O Conselho Fiscal tomou conhecimento das Atas da Diretoria Executiva de Nº 1354 e 1357 e do Conselho de Administração de Nº 340 e 341. **ix. Assuntos do Contencioso.** O Conselho Fiscal tomou conhecimento da planilha de controle das ações ajuizadas contra a CPRM, na área Cível, Tributária e Trabalhista. **x. Assuntos gerais.** Foram apresentadas e discutidas as demandas em aberto Planilha de Controle de Demandas do CF. Não havendo mais assuntos a serem tratados, a Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

ANA PAULA LIMA VIEIRA BITTENCOURT

Presidente

FLAVIA FILIPPI GIANNETTI

Conselheira

IZABELA DUARTE GIFFONI

Secretária



Documento assinado eletronicamente por **FLÁVIA FILIPPI GIANNETTI, Membro do Conselho Fiscal**, em 24/04/2025, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **IZABELA DUARTE GIFFONI, Analista em Geociências**, em 24/04/2025, às 13:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA LIMA VIEIRA BITTENCOURT, Presidente do Conselho Fiscal**, em 25/04/2025, às 14:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.sgb.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **2507136** e o código CRC **03653238**.